

O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992

JOSÉ LUIZ DE ANDRADE FRANCO

*Professor do
Departamento de História da UnB*

JOSÉ AUGUSTO DRUMMOND

*Professor do Centro de
Desenvolvimento Sustentável da UnB*

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta uma reflexão sobre o surgimento da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), em 1958. Ela foi por muitos anos a mais importante e influente ONG conservacionista do Brasil. São examinadas, também, as suas estratégias de atuação até 1992, ano em que foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD (mais conhecida como ECO-92). Por esta época, a FBCN passava por sérias dificuldades financeiras e estava deixando de ser a principal ONG conservacionista brasileira. As suas ações e a sua influência de escala nacional tinham ficado para trás. A essa altura ela se restringia a uma atuação mais local, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Algumas das questões que nos ajudam a entender a criação e a importância da atuação da FBCN para a afirmação de uma tradição de cuidado com a natureza no Brasil relacionam-se com: a) como e em que contexto a FBCN foi criada, incluindo os pontos a partir dos quais ela começa a articular e enunciar um discurso sobre a conservação da natureza no Brasil; b) os aspectos principais que a FBCN enfocou, os problemas com os quais se defrontou e as respostas que deu a esses problemas; c) como a FBCN definiu o conceito

de conservação e que tipos de estratégias propôs e adotou para disseminar esse conceito; d) quais idéias de natureza e de relação dos humanos com a natureza conformam as suas formulações; e) o contexto intelectual em que se desenvolve o seu discurso conservacionista, com quem dialoga, quais são as suas fontes de inspiração, quais são as referências construídas, como elaborou essas referências e como se apropriou dos elementos que as constituem; f) os pontos de tensão e inflexão na elaboração das idéias no âmbito da FBCN, ou seja, que tipo de relações se estabelecem entre as formulações intelectuais e a experiência vivida pelos conservacionistas da instituição; g) como se articulou politicamente e institucionalmente a FBCN, quais as formas de colaboração que adotou e que tipos de conflitos interinstitucionais e interburocráticos influenciaram a sua atuação.

Essas questões foram formuladas tendo em vista reconstruir a forma pela qual a FBCN estruturou as suas ações, enunciou as suas idéias e formulou as suas estratégias de reconhecimento. Neste artigo, estas questões não serão aprofundadas, mas servirão como eixos e pano de fundo para as reflexões desenvolvidas.

A CRIAÇÃO E O PERÍODO DE DORMÊNCIA DA FBCN (1958-1966)

Com a fundação da FBCN, em 1958, e, principalmente, com a publicação do seu boletim, a partir de 1966, temos um ponto a partir do qual se concentraram e se disseminaram as preocupações conservacionistas no Brasil e para onde convergiram aqueles que se identificavam com elas. Ao analisar o boletim da FBCN, além de outras publicações suas, entrevistas com associados e dirigentes, bem como fontes bibliográficas secundárias, uma série de referências, individuais e institucionais, permite compreender como o moderno conceito de conservação da natureza se constituiu no Brasil, a partir de formulações e práticas sociais.

Na verdade, preocupações relacionadas a um cuidado com a natureza podem ser encontradas em tempos mais remotos, remontando aos fins do período colonial.¹ Mas, trata-se de um outro contexto, que suscitou preocupações em torno de uma relação mais pragmática com a natureza e os recursos dela advindos. Formulações mais próximas do moderno discurso conservacionista só aparecem no Brasil nos finais do século XIX e princípios do XX. Podemos dizer que as preocupações e mobilizações que levaram à adoção de

leis de proteção à natureza e principalmente à criação dos primeiros parques nacionais, na década de 1930, espelhavam conceitos caros aos modernos conservacionistas.²

Foi, no entanto, somente com surgimento da FBCN, que o discurso conservacionista ganha um corpo conceitual mais bem definido, assumindo a si próprio como conservacionista. Principalmente, a partir de 1966, quando é reestruturada e começa a editar o seu boletim (uma revista sobre conservação da natureza), a FBCN se configurou em espaço de convergência da idéia de conservação da natureza.

Ainda assim, o discurso conservacionista surgiu antes mesmo de a FBCN assumir esse papel aglutinador. Foi enunciado antes, bem como depois, a partir de umas tantas instituições. Algumas eram científicas, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a USP (Universidade de São Paulo), a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e o Museu Paraense Emílio Goeldi. Outras eram governamentais, como o Serviço Florestal Federal, vinculado ao Ministério da Agricultura, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), que o substituiu em 1967; mais tarde, em 1973, temos a SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente), vinculada ao Ministério do Interior; por fim, no final da década de 1980, criou-se o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), que incorporou o IBDF e a SEMA. De maneira mais descentralizada, existia, ainda, uma série de outras instituições ligadas aos governos estaduais ou ao governo federal. Houve ONGs de cunho conservacionista, às vezes até mais antigas que a FBCN, como é o caso das pioneiras Sociedade de Amigos das Árvores (fundada, no Rio de Janeiro, em 1931, por Alberto José Sampaio) e Sociedade de Amigos da Flora Brasileira (fundada, em São Paulo, em 1939, por Frederico Carlos Hoehne), e da Associação de Defesa da Fauna e Flora de São Paulo - ADEFLOA (fundada, em São Paulo, em 1956, por Paulo Nogueira Neto, Lauro Travassos Filho e José Carlos Magalhães; mais tarde teve o nome mudado para Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo - ADEMASP), mas na maioria das vezes elas surgiram na década de 1970 e depois.³

A emergência no Brasil de uma tradição voltada para o cuidado com a natureza parece ter tido como uma constante o fato de os indivíduos, na sua maioria cientistas ou técnicos ligados às instituições governamentais, serem os principais articuladores de entidades civis que visavam pressionar os governos a tomar posições mais decisivas a favor da preservação do mundo natural.

Warren Dean, ao comentar as primeiras iniciativas governamentais com esse propósito, no estado de São Paulo, durante a República Velha, mostra as dificuldades e resistências presentes no interior da esfera governamental:

Os cientistas empregados por essas novas instituições assumiram suas tarefas com dedicação, mas seu próprio mandato de eficiência os levou a levantar a bandeira da conservação. O conceito de contradição estrutural parece aqui inteiramente aplicável. Funcionários públicos, membros de uma classe média emergente, geralmente de origem imigrante, passaram a experimentar uma relação conflituosa com os governos que os empregavam, dominados como eram pelos grandes proprietários de terra, cujas premências especulativas, técnicas destrutivas de manejo e zelo por seus direitos de propriedade iriam constituir barreiras à implementação de políticas conservacionistas. Uma grande batalha, de resultados incertos, seria travada.⁴

Tem sido comum, no que se refere à proteção da natureza, que a consciência de técnicos e cientistas atuantes em órgãos do governo se choque com interesses mais fortes dentro da articulação hegemônica de poder. Com isto, o andamento das políticas propostas acaba dependendo de outras articulações internas ao Estado, do eco que as preocupações com o mundo natural encontram na sociedade e, é claro, das pressões por ela exercidas. Tal dinâmica acaba fazendo com que estes técnicos e cientistas empregados pelos governos busquem respaldo na sociedade civil, criando associações atuantes no seu âmbito. Já os governos, quando interessados na conservação da natureza, procuram assessoria e mesmo pessoal especializado nessas associações. Pode-se entender este tipo de articulação política examinando a trajetória das enunciações e práticas ligadas à proteção da natureza, por meio das idéias de cooperação e conflitos interinstitucionais e interburocráticos.⁵

O primeiro número do *Boletim Informativo da FBCN*, publicado em 1966, explicava que “em agosto de 1958, na cidade do Rio de Janeiro, foi criada a FBCN, por um grupo de idealistas resolvidos a fazer face ao crescente desafio que o uso descontrolado dos recursos naturais lançava à capacidade de planejamento e execução do nosso povo”.⁶

Definindo a si mesmos como um grupo de idealistas que pretendia se contrapor ao padrão imprevidente da atividade econômica corrente no país, os conservacionistas estabeleciam que “a finalidade única da FBCN é promover uma ação nacional para a conservação dos recursos naturais e para

a implantação de áreas reservadas de proteção à natureza”.⁷ Isso indica que, provavelmente, o espaço de que desfrutavam no interior das instituições governamentais e mesmo da sociedade civil era reduzido e de pouca visibilidade.

Os seus objetivos principais eram, portanto, o estímulo e o desenvolvimento das atividades relativas à: a) criação e estabilização de parques, reservas, monumentos e semelhantes, com especial atenção para as espécies raras ou ameaçadas de extinção; b) cooperação entre os governos e as organizações nacionais, estrangeiras e internacionais interessadas na conservação da natureza e dos recursos naturais; c) estudos e pesquisas concernentes à conservação dos recursos naturais; d) difusão dos conhecimentos conservacionistas.⁸

A fundação da FBCN representou um esforço para enfrentar, organizadamente, os apelos desenvolvimentistas do governo do presidente Juscelino Kubitschek. A inspiração partiu do exemplo de associações que participavam ativamente da luta pela proteção às aves, em Londres, mas, tratava-se, sobretudo, de uma tentativa de disciplinar a ação humana para impedir a devastação do patrimônio natural brasileiro. Havia a preocupação de que as prioridades econômicas do governo, de produzir e exportar o máximo possível - o “desenvolvimentismo a qualquer custo” - ameaçassem a capacidade de planejamento e de uso racional dos recursos naturais, pela sociedade e pelo Estado.⁹ Segundo Wanderbilt Duarte de Barros, “quando Juscelino anunciou que ia avançar 50 anos em cinco, nós nos alarmamos com isto”.¹⁰ Barros foi fundador e presidente da FBCN nos períodos 1969/1972 e 1987/1990, funcionário do Ministério da Agricultura e primeiro diretor do Parque Nacional do Itatiaia.

O grupo que instituiu a FBCN era composto por reconhecidos profissionais de variadas áreas de atuação, embora prevalecessem os engenheiros agrônomos: Harold Edgard Strang (engenheiro agrônomo), Luiz Hernany Filho (industrial), Victor Abdennur Farah (engenheiro agrônomo), Fuad Atala (jornalista), Wanderbilt Duarte de Barros (engenheiro agrônomo), Arthur Miranda (engenheiro agrônomo), Francisco Carlos Iglésias de Lima (industrial), Rossini Pinto (jornalista e músico), Rosalvo de Magalhães (biólogo), Eurico Santos (escritor), Luiz Simões Lopes (engenheiro agrônomo), Jerônimo Coimbra Bueno (engenheiro civil) e Fernando Segadas Vianna (ecólogo).¹¹

A primeira fase da FBCN pode ser caracterizada como de dormência. Poucas atividades foram desenvolvidas. O primeiro presidente, de 1958 a 1960, foi Luiz Hernany Filho, seguido do senador Jerônimo Coimbra Bueno, de 1960 a 1966. Para Alceo Magnanini, que se integrou ao quadro da FBCN

em 1966, “de [19]58 a [19]66 praticamente a fundação ficou parada”.¹²

Harold Edgar Strang, além de fundador, exerceu diversas funções na FBCN. Foi funcionário público do Estado do Rio de Janeiro, tendo criado o Instituto de Conservação da Natureza, na Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia. Desempenhou, também, várias atribuições relacionadas com a conservação da natureza no âmbito federal, inclusive no IBDF. Ele explica que durante esta fase:

A atividade não era muito grande. Nós nos reuníamos periodicamente para discutir problemas. A FBCN não tinha recursos de espécie alguma, os recursos eram nossos mesmo, tínhamos que tirar do próprio bolso. Depois, aos poucos, foi se conseguindo algum apoio, sempre muito pouco.¹³

Ao recapitular as dificuldades vividas nos primeiros anos de vida da instituição, o *Informativo FBCN*, em 1978, justificava que:

Os primeiros anos de vida foram bastante difíceis e aparentemente pouco produtivos. Mas a semente lançada germinou, criou raízes e acumulou reservas de energia para impulsionar o movimento brasileiro de conservação. Mesmo indiretamente, a Fundação assinalava sua presença em inúmeros atos e decisões nos quais os seus membros e o seu espírito eram parte evidente...¹⁴

Entre estes atos e decisões, certamente, estavam a criação de 11 parques nacionais (Aparados da Serra, Araguaia, Ubajara, Brasília, Capará, Chapada dos Veadeiros, Emas, Monte Pascoal, São Joaquim, Sete Cidades e Tijuca) e uma Floresta Nacional (Caxiuanã). Eles foram criados entre 1959 e 1961, durante os governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Houve ainda a elaboração do ante-projeto de lei que instituiu o Código Florestal de 1965 (Lei nº 4.771, 15/09/1965). Estes encaminhamentos foram influenciados fortemente por Victor Abdennur Farah, um dos fundadores e o primeiro diretor-executivo da FBCN. Nesse momento, ele era o presidente do Conselho Florestal Federal, além de ser amigo pessoal de Jânio Quadros.¹⁵ Isto demonstra que, embora a FBCN não tenha desenvolvido uma atuação mais intensa durante esta sua primeira fase de existência, os seus quadros eram capazes de exercer uma influência considerável sobre importantes esferas dentro do Estado.

ESTRUTURAÇÃO E CLÍMAX DA FBCN (1966-1989)

Foi com a gestão de José Cândido de Melo Carvalho, zoólogo e professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, entre 1966 e 1969 (mais tarde, entre 1978 e 1981, exerceu um segundo mandato), que a FBCN se organizou de uma maneira mais efetiva e ganhou mais dinamismo e maior capacidade de ação. O depoimento de Alceo Magnanini (Agrônomo e ecólogo, membro da FBCN e funcionário do Ministério da Agricultura) ilustra a maneira como ela foi sendo estruturada e o que ela representou para o desenvolvimento das preocupações com a conservação da natureza no Brasil:

Depois que foi criada, (...), a Fundação Brasileira de Conservação da Natureza ficou na gaveta durante anos. Eu não tive contato com a Fundação nesse começo. Fui chamado para ser o secretário executivo quando o professor José Cândido de Melo Carvalho foi eleito presidente, em 1966. A Fundação começou a desenvolver projetos, foi editada a revista, começamos a publicar artigos sobre conservação. Nos quatro primeiros volumes publiquei artigos sobre conservação do solo, conservação das águas, conservação da floresta. Foi importante para estimular a circulação de idéias e informações. Isso era o que mais faltava no Brasil: material de leitura para os professores...¹⁶

Entre os dias 26 e 31 de outubro de 1968, no Rio de Janeiro, ocorreu o Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural, organizado pela Academia Brasileira de Ciências, com o apoio da FBCN e do IBDF. Este evento foi fundamental, entre outros motivos, por marcar o início da colaboração entre as duas instituições (FBCN e IBDF). Principalmente a partir dessa colaboração, a FBCN passou a contar com recursos para desenvolver projetos voltados para a conservação da natureza e exercer duradoura influência nas esferas de governo. 102 pessoas participaram oficialmente do evento, representando oito países, além de numerosos ouvintes.¹⁷

O simpósio procurava seguir, em linhas gerais, a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas e Utilização Racional e Conservação dos Recursos Naturais, evento realizado pela UNESCO, em setembro de 1968, em Paris. Tratava-se de:

(...) definir, com ênfase especialmente aplicada à conjuntura brasileira, áreas de ação e apontar meios capazes de permitir uma coordenação multidisciplinar e

multi-institucional para a conservação e o aproveitamento racional dos recursos naturais, assegurando sua renovação para as futuras gerações.¹⁸

Foram tratados assuntos como proteção de espécies ameaçadas de extinção; recenseamento de animais selvagens em regiões tropicais; legislação e cumprimento das leis; reconstrução do paisagismo rural; poluição no Estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro); parques nacionais e reservas equivalentes; criação de animais da fauna brasileira; atuação dos jardins zoológicos na preservação de espécies ameaçadas; educação para a conservação; manejo de recursos naturais; florestas tropicais e áreas úmidas; primatas neotropicais; uso e legislação sobre terras públicas; papel do Estado no planejamento da recreação popular; e impactos do homem sobre a natureza.¹⁹

José Cândido de Melo Carvalho, buscando definições e conceituações capazes de orientar as ações da FBCN, propôs o seguinte enunciado:

Entende-se por Conservação da Natureza e Recursos Naturais [...] a preservação do mundo vivo, ambiente natural do homem, e dos recursos naturais renováveis da terra, fator primordial da civilização humana. As belezas naturais, por outro lado, constituem fonte de inspiração da vida espiritual e da satisfação indispensável das necessidades, essas cada dia mais intensificadas devido à mecanização crescente da vida moderna.²⁰

Tratava-se de uma tentativa de unir as pontas das duas principais correntes que influenciaram as preocupações com a natureza e os recursos naturais durante o século XX, o preservacionismo de John Muir (1838-1914) e o conservacionismo de Gifford Pinchot (1865-1946). O preservacionismo esteve fortemente vinculado à idéia de constituição de parques nacionais, que se disseminou amplamente pelo mundo, servindo de parâmetro no que se refere às iniciativas de proteção da natureza. A intenção era preservar para a posteridade áreas dotadas de grande beleza natural em seu estado selvagem. A criação de parques nacionais fortalecia as concepções de autores como George Catlin, Henry David Thoreau e George Perkins Marsh, motivadas por um fascínio pelas novas descobertas da biologia e por uma filosofia inspirada no romantismo. Valorizava-se a natureza a partir da noção de que os seres humanos faziam parte dela e também pelo prazer da contemplação estética. Tais concepções foram assumidas, aplicadas e defendidas por John Muir e

pelo movimento preservacionista.²¹

Se Muir e os preservacionistas, ao pensarem em alternativas de proteção à natureza, excluíam as áreas consideradas “virgens” de qualquer ocupação humana mais efetiva, destinando-as quase que exclusivamente ao lazer, uma outra corrente encarava a questão de forma distinta. Os conservacionistas acreditavam na possibilidade de uma exploração racional de recursos como o solo, as florestas e a água. Próximos da tradição de manejo florestal desenvolvida na Alemanha, eles tinham como principal expoente Gifford Pinchot, que sintetizava os objetivos do movimento em três princípios básicos: a) o desenvolvimento, obtido pelo uso dos recursos existentes pela geração presente; b) a prevenção do desperdício, garantia do uso dos recursos existentes pela geração futura; e, c) o desenvolvimento dos recursos naturais para o benefício de muitos e não de poucos. Portadores de uma perspectiva instrumental da relação do homem com a natureza, o que estava em questão para os conservacionistas era o uso dos recursos naturais de maneira adequada e criteriosa, garantindo, ao mesmo tempo, a sua existência para as próximas gerações e a sua melhor distribuição pela totalidade da população.²²

A idéia de uma organização internacional para a proteção da natureza se concretizou com o surgimento da International Union for the Protection of Nature (IUPN), em 1948. A IUPN deveria promover a preservação da vida selvagem e do ambiente natural, o conhecimento público das questões, educação, pesquisa científica e legislação, e coletaria, analisaria e divulgaria dados e informações. Nos primeiros anos de sua criação ela parece ter priorizado as questões de cunho preservacionista, porém na medida em que uma consciência mais ampla das conseqüências ecológicas das atividades humanas se disseminava, as suas preocupações voltaram-se para a conservação. Essa nova ênfase levou a União a mudar, em 1956, o nome para International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN).²³

O principal foco de atenção da IUCN ainda se concentrava nas questões relacionadas com a proteção à natureza. No entanto, à medida em que buscava implementar as suas propostas de cunho preservacionista, principalmente nos países menos desenvolvidos, foi ficando clara a necessidade de articular a proteção de áreas de reserva (a questão dos parques nacionais, por exemplo) a uma política conservacionista dos recursos naturais, como parte integrante do desenvolvimento econômico. Tal perspectiva levou a IUCN a traçar estratégias de atuação dentro de uma linha preservacionista-conservacionista, unindo pólos, até então, de difícil conciliação.²⁴

Ao tentar conceituar a conservação da natureza, José Cândido de Melo Carvalho não faz referência ao debate entre conservacionistas e preservacionistas. No entanto, fica clara a sua intenção de, seguindo os rumos da IUCN, abarcar tanto as preocupações mais utilitárias e pragmáticas com o uso dos recursos naturais, bem como o imperativo de proteger paisagens de grande beleza cênica e espécies ameaçadas de extinção. Na gestão de Carvalho, a FBCN passou a funcionar nos moldes da IUCN, pois tinha um Conselho Superior e Comissões Técnicas de Educação, Ecologia, Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, Espécies Raras ou Ameaçadas de Extinção, e Legislação.²⁵

Embora houvesse uma preocupação com o estabelecimento de estratégias para que fosse “assegurado o uso racional, com base científica, dos recursos naturais e sua renovação para as gerações futuras”,²⁶ a concepção de conservação da natureza, no âmbito da FBCN, estava fundamentalmente relacionada com a idéia de conservar os recursos naturais por meio da criação de espaços reservados, fechados à exploração econômica direta e abertos à pesquisa científica e à fruição estética. As ações a serem desenvolvidas nesses espaços estavam voltadas para a difusão de um conhecimento e logo de uma consciência mais ampla sobre a necessidade da conservação, o que poderia ser alcançado principalmente pela cooperação entre governos e instituições, tanto nacionais quanto internacionais, voltadas para tal finalidade.

Esta postura fica evidente quando Maria Tereza Jorge Pádua (engenheira agrônoma, integrante da FBCN e funcionária do IBDF) comenta as linhas de atuação da FBCN e a sua relação com a IUCN:

As áreas que preponderavam na UICN [IUCN] eram a Comissão Internacional de Parques Nacionais e Áreas Protegidas e a Comissão de Sobrevivência de Espécies. Do meu ponto de vista, a FBCN copiou a UICN e lutou muito mais pela preservação de espécies da flora e fauna silvestres e para a criação de áreas protegidas, do que por qualquer outra questão ambiental. Além disso, a FBCN se misturava um pouco com governo, o que acontece até hoje com as não governamentais mais capacitadas no Brasil. As pessoas que ocuparam cargos importantes na FBCN também ocuparam cargos importantes no Governo Federal. E isso se repetiu com outras ONGs também.²⁷

Desse modo, a FBCN se estruturou na base da ocupação simultânea de espaços governamentais e não-governamentais, articulando referenciais internos e externos, atuando pela conservação da natureza nos âmbitos nacional e internacional. É importante notar que os padrões da UICN não foram

meramente copiados aqui, mas que os conservacionistas brasileiros parecem ter desempenhado, a partir de certo momento, influência pronunciada nas comissões da UICN.

Paulo Nogueira Neto é um bom exemplo de um quadro da FBCN que exerceu influência desde o nível local até o internacional. Formado em Direito e História Natural, professor da USP, chefiou a SEMA.²⁸ Em sua opinião:

(...) a FBCN teve o poder da insistência, que foi muito importante. Insistir, falar, falar e falar, até convencer. Nossa associação, em São Paulo, tinha âmbito local e muito menor do que a FBCN, que era a grande instituição não-governamental brasileira de meio ambiente. Eu fiz parte também do conselho. Tive muito contato. Mais tarde, na SEMA, chegou um momento em que verificamos o seguinte: as limitações da burocracia obrigavam a contratar serviços de terceiros, porque é difícil fazer diretamente as coisas. No poder público, cada vez que um órgão descobre um modo de ficar com alguma autonomia, a área econômica do governo corta, porque acha que tudo tem que passar pelos mesmos canais. Nessa corrida, houve um momento em que era muito importante começar a contratar serviços, e contratamos a FBCN. Esse sistema de contratos teve altos e baixos, mas acredito que, pelo menos numa certa fase, ajudou. Hoje, praticamente, não há mais essa função, mas ajudou muito a desenvolver a FBCN, que, por sua vez, contribuiu muito para executar os objetivos da SEMA.²⁹

Segundo Maria Tereza Jorge Pádua, os convênios realizados pela FBCN, sobretudo, com o IBDF e a SEMA foram fundamentais para a sua estruturação e o seu funcionamento durante os anos em que a ONG teve atuação mais destacada:

A FBCN realmente conseguiu adquirir sua sede própria e ter um quadro de pessoal quando fez convênios com a SEMA e o IBDF. Toda a atividade do IBDF na área de parques e fauna silvestre, todo e qualquer projeto era feito através da FBCN, que recebia um percentual ente 10 e 15%, o que ajudou muito em termos monetários. A SEMA também fez isso.³⁰

Esta visão é corroborada por Luiz Emygdio de Mello Filho (botânico e professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, membro da FBCN e seu presidente entre 1975 e 1978), que explica que a “FBCN tinha um *overhead* que permitiu que fizéssemos publicações e até a compra de uma sede. Nós fizemos vários encontros sobre caça amadorística, publicaram-se boletins, realizamos o plano de manejo de uma série de parques”.³¹

Adelmar Coimbra Filho (membro da FBCN, zoólogo) explica como projetos de importância crucial para a conservação foram desenvolvidos pela FBCN:

Fui o segundo coordenador da Comissão de Espécies Raras ou Ameaçadas da FBCN, depois do Fernando Ávila Pires. Nessa ocasião, começamos a trabalhar num projeto sugerido pelo José Cândido, dentro do Programa Biológico Internacional. Uma pesquisa sobre o mico-leão e o miqui. José Cândido levou este projeto para a UICN [IUCN] e conseguiu também algum auxílio do CNPq. Começamos a desenvolver um trabalho aplicado, dando grande ênfase à educação ambiental, reunindo um número grande de estudantes. Um trabalho pequeno, mas com um grande significado, como todos os trabalhos que fizemos.³²

Sobre o período de clímax da atuação da FBCN, Ibsen de Gusmão Câmara (Oficial da Marinha de Guerra, estudioso de paleontologia e dos mamíferos aquáticos, membro da FBCN) explica que:

É difícil dizer a década de glória. Acho que teve fases boas, fases más e houve este período em que a FBCN colaborou muito com o IBDF e com a SEMA, o que foi muito importante. Depois, houve um período em que a FBCN teve uma grande vinculação com a WWF dos Estados Unidos, chegamos a ter quarenta projetos em conjunto. A FBCN atuava, praticamente, como um elo de ligação da WWF com os projetos no Brasil.³³

Entre 1966 e 1989, a FBCN viveu o seu auge. As suas comissões técnicas estiveram ativas e a instituição tinha cerca de 4.000 afiliados, embora a maioria não fosse assídua às assembleias ou militante. Foram realizados diversos projetos e trabalhos, voltados sobretudo para a conservação de espécies raras ou ameaçadas de extinção, a criação e implementação de áreas protegidas e a educação ambiental. Foram criados, sob a sua coordenação, onze núcleos conservacionistas espalhados por vários estados da União. Alguns deles, na década de 1980, deram origem a novas e atuantes ONGs de orientação conservacionista, como a Biodiversitas, em Belo Horizonte, e a Funatura, fundada por Maria Tereza Jorge Pádua, em Brasília. A FBCN promoveu, também, a publicação de uma série de títulos importantes para a informação e o debate sobre conservação da natureza, manteve a edição do *Informativo FBCN* (bimestral/trimestral – a partir de 1977), e do *Boletim FBCN* (anual – 1966/1989). Vale lembrar que, durante o tempo em que circulou, as questões

mais cruciais para a conservação da natureza convergiram para as páginas do *Boletim FBCN*, nas quais publicavam os seus artigos as personalidades mais engajadas e reconhecidas nos meios políticos e científicos relacionadas com a temática.³⁴

A FBCN EM RETRAÇÃO (1989-1992)

Até 1992, quando da realização da ECO-92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD), a FBCN ainda desempenhou um papel de liderança entre as ONGs ambientalistas brasileiras. No entanto, já enfrentava sérias dificuldades para manter a sua preponderância no cenário nacional. Um dos principais problemas da FBCN foi a falta de fundos para o financiamento de seus projetos. Com a crise econômica vivida pelo Brasil, sobretudo na segunda metade dos anos 1980, o Estado retraiu-se e as possibilidades de parceria e financiamento para as atividades da FBCN diminuíram consideravelmente. Wanderbilt Duarte de Barros explica que:

Os convênios desapareceram todos, nós tínhamos só o do Jardim Botânico RJ/IBDF. Mas houve muitos problemas com ele, as questões trabalhistas existiram, e existem até agora porque o convênio foi mal trabalhado. (...) Nós recebíamos o dinheiro da instituição, mas não tínhamos o direito de indicar funcionários, quem o fazia era o diretor do Jardim Botânico (RJ). No contrato foi dito que a responsabilidade das questões trabalhistas e sociais era do governo, mas a fundação era quem de fato os empregava e passou a ser responsável. Foi um lamentável equívoco...³⁵

Mais do que uma solução, o convênio assinado com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1988, acabou por detonar uma crise de ordem financeira e administrativa na FBCN. Ainda foram feitos convênios com o IBDF e depois com o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, criado em 1989), com as Centrais Elétricas de Furnas, com ONGs internacionais (como a WWF dos Estados Unidos), com a Fundação Ford e com algumas prefeituras do estado do Rio de Janeiro. No entanto, as dificuldades se agravavam e os recursos disponíveis eram escassos. No entendimento de Ibsen de Gusmão Câmara:

São duas as causas desse decréscimo de atividade da FBCN: primeiro, a proliferação de ONGs, algumas muito ativas e importantes, dispersando essa atividade, antes concentrada na FBCN; a segunda foi decorrente de falhas administrativas nesses contratos com o governo, que permitiu uma enxurrada de ações trabalhistas contra a FBCN, que quase quebraram a entidade.³⁶

O surgimento de novas ONGs ambientalistas, embora intensificasse a concorrência pelos poucos recursos, era visto de maneira positiva pelos integrantes da FBCN, pois tornava as reivindicações pela conservação da natureza mais visíveis e difíceis de serem ignoradas pelos governos. Para Edgar Harold Strang:

Eu acho que é positivo, porque cada uma tem sua característica própria, há os que vão para rua com cartazes, outros escrevem mais em jornais, há as estaduais, que procuram estimular o trabalho nos próprios estados. Eu acho que é positivo esse movimento, porque tudo o que se possa fazer no sentido de despertar para a necessidade de conservação é positivo. Muitos são apaixonados, têm uma visão distorcida do problema, mas alguma coisa fica.³⁷

Algumas ONGs de cunho conservacionista ganharam autonomia em relação à FBCN e profissionalizaram a sua atuação, como as já citadas Biodiversitas e Funatura, tornando-se mais capazes de captar seus próprios recursos. ONGs estrangeiras, como WWF, The Nature Conservancy, Conservation International, Greenpace, passaram a ter sedes próprias no Brasil e a financiar os seus próprios projetos. Isto limitava ainda mais o espaço de ação da FBCN. Segundo Alceo Magnanini:

A Fundação foi a primeira organização não governamental a falar sobre conservação da natureza no Brasil e abriu esse caminho para outras ONGs e, depois, foi se extinguindo aos poucos. Enquanto esteve atuante, praticamente todos os participantes de ONGs, os mais antigos do Brasil, foram sócios da Fundação.³⁸

Aos poucos, a FBCN foi perdendo a capacidade de liderança e coordenação que exercia em relação às demais ONGs ambientalistas e, embora ainda tenha assento no CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), a sua atuação foi adquirindo um caráter mais local e regional:

Ela não tem recursos! Expressão política e técnica tem, não tem recursos! (...) a idéia de centralizar o movimento surgiu de uma sugestão do Wanderbilt de que a FBCN servisse de pólo centralizador dos movimentos conservacionistas. Durante algum tempo, a FBCN divulgou um documento para as ONGs, procurando fazer esta coordenação. Depois, essa orientação política mudou. Hoje costumo dizer que a FBCN está num período de dormência. Está em dificuldades financeiras enormes, mas ela não se conforma com este papel subalterno e, assim que surgir a oportunidade, voltará a ser importante.³⁹

A FBCN, muito provavelmente, não voltará a desempenhar o papel que desempenhou outrora. Além da concorrência com outras ONGs de feição preservacionista/conservacionista, houve a emergência de ONGs e movimentos socioambientalistas, que deram um novo significado, mais politizado e ideológico, à questão ambiental, colocando a FBCN “contra a parede”. A questão ambiental, e dentro dela a questão mais específica da conservação da natureza (hoje seria mais exato dizermos conservação da biodiversidade), ganhou relevância e se tornou mais difundida na sociedade brasileira. A diversidade de concepções e as tensões e disputas internas a um crescente movimento ambientalista aumentaram. Com isto, é muito difícil que qualquer ONG venha a ter a centralidade que a FBCN um dia teve.

A FBCN FLANQUEADA IDEOLOGICAMENTE: A CRÍTICA SOCIOAMBIENTALISTA

Durante o final da década de 1980 e a década de 1990, surgiu, no interior do movimento ambientalista, uma cisão entre um grupo preservacionista/conservacionista, do qual fazia parte a FBCN, e outro, surgido mais recentemente, socioambientalista. As tensões acirraram-se durante o longo processo (1992 a 2000) de tramitação do que viria a ser a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei Nº 9.985/julho de 2000).⁴⁰ Os desentendimentos ocorriam, sobretudo, em torno da permissão à permanência de populações humanas no interior das áreas protegidas brasileiras. Isto resultou na exclusão do SNUC de áreas protegidas como Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (regidas pelo Código Florestal de 1965) e Terras Indígenas, bem como na inclusão de dois grandes grupos de áreas protegidas (unidades de conservação) na lei: proteção integral (não admitem populações humanas residentes) e uso sustentável (admitem populações humanas residentes).⁴¹

O grupo socioambientalista sustenta posições alinhavadas com o debate sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e com a preocupação com mudanças sociais mais amplas, orientadas pelas noções de sustentabilidade e justiça social. As suas críticas aos preservacionistas/conservacionistas são bem tipificadas na seguinte passagem de Eduardo Viola sobre a FBCN – citada por Antonio Carlos Diegues, um dos principais formuladores das concepções socioambientalistas:⁴²

Alguns destes ativistas naturalistas e pessoas adinheiradas de orientação filantrópica reuniram-se, em 1958, na Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, com sede no Rio de Janeiro. Essa organização faz parte da pré-história do ecologismo brasileiro, já que seus objetivos e modo de atuação foram estritamente conservacionistas, na linha das sociedades protetoras de animais, surgidas em vários países no séc. XIX.⁴³

Os preservacionistas/conservacionistas são criticados por não ostentarem uma preocupação social mais evidente e por não se enquadrarem em nenhuma das vertentes do pensamento socialista ou de esquerda. Portanto, são considerados “anacrônicos” e “pré-históricos” e, muitos, entendem que eles merecem ser logo esquecidos. São criticados, também, por basearem as suas preocupações com a conservação da natureza em conhecimentos oriundos das ciências naturais, o que faria com que eles se preocupassem exclusivamente com animais e plantas.

Este tipo de perspectiva se apresenta, igualmente, nas conclusões da dissertação de Cristina Borges, para quem “a FBCN tornou-se uma entidade historicamente anacrônica”.⁴⁴ Para chegar a este entendimento, a autora afirma que privilegiou o enfoque na “postura teórico-ideológica” da instituição:

Nas análises sobre a FBCN, em vários momentos, foi ressaltado que chamava a atenção um certo indiferentismo dessa entidade em face das transformações e novas exigências teóricas que emergiam da expansão do desenvolvimento sustentável, em razão das polêmicas que o mesmo suscitou logo ao seu surgimento. Foi comentado que não se conseguia encontrar evidências que caracterizassem mudanças em suas posições teórico-práticas, correlacionáveis às transformações que se processavam em nível internacional, na área ecológica. Desse modo, nessas conclusões, por meio de considerações a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável, pretende-se deixar claro a incompa-

tibilidade dos postulados naturalistas-tecnicistas e as exigências dos problemas ecológicos tal como hoje se colocam.⁴⁵

As preocupações dos socioambientalistas com a questão da sustentabilidade, com os povos indígenas e com populações rurais pobres (ditas tradicionais) eram novas, mesmo para a esquerda socialista da qual a maioria dos expoentes do grupo era oriunda, e eram muito importantes. Tratava-se de dar visibilidade à questão social e à questão da sociodiversidade. Eles pensavam em um programa de reformas ou transformações mais amplas da sociedade. No entanto, as críticas aos preservacionistas/conservacionistas acabavam por negar e tornar obscuro o que era inovador e crucial nas formulações dos preservacionistas/conservacionistas, ou seja, a questão da biodiversidade. Essa questão esteve ausente do horizonte da esquerda socialista durante todo o período do regime militar e ainda nos dias de hoje continua a ser de difícil compreensão para ela.

Vários cientistas de expressão internacional, obviamente baseados em conhecimentos das ciências naturais⁴⁶, têm chamado a atenção para um processo em curso de extinção de espécies em massa. Pelo menos cinco outros episódios de extinção em massa ocorreram nos últimos 400 milhões de anos. O último e mais conhecido deles foi aquele que extinguiu os dinossauros no final da era Mesozóica (65 milhões de anos atrás). Todos eles ocorreram devido a causas naturais.⁴⁷ Segundo Edward Wilson:

Agora, como resultado da atividade humana, teve início um sexto período de extinção. Embora não causado pela violência cósmica, seu potencial é suficiente para ser tão infernal como os cataclismos anteriores. Segundo estimativas feitas em 2004 por uma equipe de especialistas, apenas a mudança climática, se não for contida, poderá ser a causa primária da extinção de um quarto das espécies de plantas e animais terrestres nos meados deste século.⁴⁸

Os preservacionistas/conservacionistas ao se preocuparem com espécies raras ou ameaçadas de extinção e com a criação de espaços protegidos (parques nacionais e reservas equivalentes) se ocupavam também com a proteção dos ecossistemas e com o uso racional dos recursos naturais. Estiveram atentos para os avanços que ocorreram nas pesquisas realizadas em diversos campos das ciências naturais (ecologia, zoologia, botânica, evolução, biologia da con-

servação, biogeografia, geologia, climatologia), que foram importantes para compreender a diversidade da vida (ou seja, a biodiversidade), e justificar e desenvolver os princípios de sua conservação e gestão.⁴⁹

Ao falar da Funatura, Maria Tereza Jorge Pádua, resume, em certa medida, o que tem sido a linha de atuação dos preservacionistas/conservacionistas brasileiros, desde a fundação da FBCN:

O espírito de nosso trabalho, desde que criamos a Funatura, era este: somar com os órgãos governamentais, independente da coloração política, porque queríamos trabalhar com a conservação da biodiversidade e as áreas protegidas estão quase todas sob a responsabilidade do Poder Público (federação, estados e municípios) [...]. Sempre tivemos em mente e soubemos que teríamos que trabalhar com o Governo.⁵⁰

Tal atuação tem se definido por seu caráter mais pontual e urgente, buscando garantir a sobrevivência da biodiversidade em áreas protegidas (parques nacionais e outras unidades de conservação, sobretudo, as de proteção integral). Este tipo de estratégia garantiu a conquista de certos espaços de atuação junto ao poder público. Foi o caso da própria Pádua, que exerceu funções importantes no IBDF durante o período do regime militar, quando conseguiu estabelecer uma série de parques nacionais e reservas biológicas, além dar início a um plano para um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A FBCN assumia a defesa dos parques nacionais e oferecia uma tribuna para os cientistas que trabalhavam na burocracia do Estado. Dessa parceria resultaram as principais formulações de políticas ambientais do período, geralmente ligadas à administração de parques nacionais e reservas equivalentes e a pesquisas sobre a biodiversidade. A FBCN, diferente de boa parte das ONGs que começaram a surgir nos anos 1980, pautava a sua ação mais pela colaboração do que pela confrontação com o Estado. Buscava ampliar os seus espaços de atuação dentro dele. Entendia que a natureza, como conjunto de recursos econômicos, deveria ser explorada racionalmente no interesse das gerações presentes e futuras, e, como diversidade biológica, objeto de ciência e contemplação estética, deveria ser protegida.

Portanto, resgatar a história da FBCN e a compreensão que os seus integrantes tinham do conceito de conservação da natureza é um passo importante para a construção da memória sobre o cuidado com o mundo

natural no Brasil. Os indivíduos que fizeram parte da FBCN foram pioneiros, indagaram-se sobre a questão da biodiversidade quando ela era bem pouco visível, alertaram contra os perigos do “desenvolvimento a qualquer custo” e foram habilidosos o suficiente para conseguir espaços para a conservação da natureza em meio a governos e a uma sociedade predominantemente avessos a este tipo de preocupação.

As concepções dos preservacionistas/conservacionistas são importantes ainda hoje, pois elas se contrapõem a uma visão de mundo antropocêntrica, baseada na lógica do “*men first*” (os humanos acima de tudo), que torna a questão da biodiversidade invisível sempre que as necessidades humanas são mencionadas, ainda que no médio e no longo prazos as populações humanas também venham a ser intensamente afetadas pela perda da diversidade biológica no planeta.⁵¹

NOTAS

¹ Sobre o assunto ver DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: História e Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

² Sobre o assunto ver DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: História e Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

³ DEAN, Warren Dean. *A Ferro e Fogo: História e Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. FRANCO, José Luiz de Andrade Franco e DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998.

⁴ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: História e Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo, Cia das Letras, 1996, p. 247.

⁵ FRANCO, José Luiz de Andrade Franco e DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

⁶ *Boletim Informativo FBCN*, nº 1, Rio de Janeiro, ano 1966, p. 2.

⁷ Idem, ibidem, p. 2.

⁸ Idem, ibidem, p. 2.

⁹ URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998. BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Por trás do verde: discurso e prática de uma ONG – o caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 1995.

¹⁰ Entrevista de Wanderbilt Duarte de Barros para BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Por trás do verde: discurso e prática de uma ONG – o caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 1995, p. 38.

¹¹ URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998. BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Por trás do verde: discurso e prática de uma ONG – o caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 1995.

¹² Depoimento de Alceo Magnanini em URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998, p. 300.

¹³ Entrevista de Harold Edgar Strang para BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Por trás do verde: discurso e prática de uma ONG – o caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 1995, p. 42.

¹⁴ *Informativo FBCN*, vol. 2, nº 3, julho-setembro de 1978, p. 6.

¹⁵ URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998.

¹⁶ Depoimento de Alceo Magnanini em URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998, p. 129.

¹⁷ *Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural*, publicado no Suplemento dos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, vol. 41, Rio de Janeiro, 30/09/1969.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 5.

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ CARVALHO, José Cândido de Melo. A Conservação da Natureza e Recursos Naturais no Mundo e no Brasil, In: *Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural*, publicado no Suplemento dos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, vol. 41, Rio de Janeiro, 30/09/1969, p. 7.

²¹ MCCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. NASH, Roderick. *Wilderness and the American Mind*. Yale: Yale University Press, 1982. NASH, Roderick (Edited by). *American Environmentalism: Readings in Conservation History*. New York: McGraw-Hill, 1990. RUNTE, Alfred. *National Parks: The American Experience*. Nebraska: University of Nebraska Press, 1979.

²² MCCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. NASH, Roderick. *Wilderness and the American Mind*. Yale: Yale University Press, 1982. NASH, Roderick (Edited by). *American Environmentalism: Readings in Conservation History*. New York: McGraw-Hill, 1990. RUNTE, Alfred. *National Parks: The American Experience*. Nebraska: University of Nebraska Press, 1979.

²³ MCCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

²⁴ MCCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

²⁵ CARVALHO, José Cândido de Melo. A Conservação da Natureza e Recursos Naturais no Mundo e no Brasil, In: *Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural*, publicado no Suplemento dos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, vol. 41, Rio de Janeiro, 30/09/1969. URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998. BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Por trás do verde: discurso e prática de uma ONG – o caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 1995.

²⁶ CARVALHO, José Cândido de Melo. A Conservação da Natureza e Recursos Naturais no Mundo e no Brasil, In: *Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração*

do Ambiente Natural, publicado no Suplemento dos Anais da Academia Brasileira de Ciências, vol. 41, Rio de Janeiro, 30/09/1969, p. 21.

²⁷ Depoimento de Maria Tereza Jorge Pádua em URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998, p. 302.

²⁸ URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998. Ministério do Meio Ambiente. *Homenagem a Paulo Nogueira Neto*. Instituto Takano, 2000.

²⁹ Depoimento de Paulo Nogueira Neto em URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998, p. 304.

³⁰ Depoimento de Maria Tereza Jorge Pádua em URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998, p. 313.

³¹ Entrevista de Luiz Emygdio de Mello Filho para BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Por trás do verde: discurso e prática de uma ONG – o caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 1995, p. 67.

³² Depoimento de Ademar Coimbra Filho em URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998, p. 305.

³³ Depoimento de Ibsen de Gusmão Câmara em URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998, p. 311.

³⁴ URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998. BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Por trás do verde: discurso e prática de uma ONG – o caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 1995.

³⁵ Entrevista de Wanderbilt Duarte de Barros para BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Por trás do verde: discurso e prática de uma ONG – o caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 1995, p. 75.

³⁶ Depoimento de Ibsen de Gusmão Câmara em URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boti-

cário/Fundação MacArthur, 1998, p. 314.

³⁷ Entrevista de Harold Edgar Strang para BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Por trás do verde: discurso e prática de uma ONG – o caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 1995, p. 77.

³⁸ Depoimento de Alceo Magnanini em URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998, p. 129-130.

³⁹ Depoimento de Ibsen de Gusmão Câmara em URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998, p. 315.

⁴⁰ Sobre o processo de negociação para a aprovação do SNUC, ver Maurício Mercadante, Uma Década de Debate e Negociação: a História da Elaboração da Lei do SNUC. In: Antônio Herman Benjamin (Coordenador), *Direito Ambiental das Áreas Protegidas*. Rio de Janeiro, Forense, 2001.

⁴¹ DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; NINIS, Alessandra Bortoni. *O Estado das Áreas Protegidas no Brasil – 2005*. Brasília: CDS, agosto de 2006. Disponível em: http://www.unbcds.pro.br/conteudo_arquivo/150607_2F62A6.pdf

⁴² Ver DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 126.

⁴³ VIOLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987, pp. 87-88.

⁴⁴ BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Por trás do verde: discurso e prática de uma ONG – o caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 1995, p. 82.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, pp. 84-85.

⁴⁶ Sobre este assunto ver DRUMMOND, José Augusto. A Primazia dos Cientistas Naturais na Construção da Agenda Ambiental Contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, nº 62, São Paulo, outubro de 2006, pp. 5-25.

⁴⁷ WILSON, Edward. *A Criação: como salvar a vida na Terra*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 88.

⁴⁹ Sobre o desenvolvimento de conceitos importantes para a compreensão e a conservação da biodiversidade ver WORSTER, Donald. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. QUAMMEN, David. *O canto do Dodó: Biogeografia de ilhas numa era de extinções*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. GROOM, Martha J.; MEFPE, Gary K.; CARROLL, C. Ronald (editors.). *Principles of Conservation Biology*. (3rd ed.). Sunderland: Sinauer Associates, 2006.

⁵⁰ PÁDUA, Maria Tereza Jorge, in *Boletim Funnatura*, ano 9, no. 19, setembro de 1996, p. 4.

⁵¹ Sobre este assunto ver WILSON, Edward. *The Future of Life*. New York: Vintage, 2002. WILSON, Edward. *A Criação: como salvar a vida na Terra*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. NASH, Roderick. *The Rights of Nature: a history of environmental ethics*. Wisconsin: Wisconsin University Press, 1989.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Por trás do verde: discurso e prática de uma ONG – o caso da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, 1995.

CARVALHO, José Cândido de Melo. A Conservação da Natureza e Recursos Naturais no Mundo e no Brasil, In: *Simpósio sobre Conservação da Natureza e Restauração do Ambiente Natural*, publicado no Suplemento dos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, vol. 41, Rio de Janeiro, 30/09/1969.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: História e Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; NINIS, Alessandra Bortoni. *O Estado das Áreas Protegidas no Brasil – 2005*. Brasília: CDS, agosto de 2006. Disponível em: http://www.unbcds.pro.br/conteudo_arquivo/150607_2F62A6.pdf.

_____. A Primazia dos Cientistas Naturais na Construção da Agenda Ambiental Contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 21, nº 62, São Paulo, outubro de 2006.

FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

GROOM, Martha J.; MEFPE, Gary K.; CARROLL, C. Ronald (editors.). *Principles of Conservation Biology*. (3rd ed.). Sunderland: Sinauer Associates, 2006.

MCCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MERCADANTE, Maurício. Uma Década de Debate e Negociação: a História da Elaboração da Lei do SNUC. In: BENJAMIN, Antônio Herman (Coord.). *Direito Ambiental das Áreas Protegidas*. Rio de Janeiro, Forense, 2001.

NASH, Roderick. (Edited by). *American Environmentalism: Readings in Conservation History*. New York: McGraw-Hill, 1990. RUNTE, Alfred. *National Parks: The American Experience*. Nebraska: University of Nebraska Press, 1979.

_____. *Wilderness and the American Mind*. Yale: Yale University Press, 1982.

_____. *The Rights of Nature: a history of environmental ethics*. Wisconsin: Wisconsin University Press, 1989.

PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge, in *Boletim Funatura*, ano 9, no. 19, setembro de 1996.

QUAMMEN, David. *O canto do Dodô: Biogeografia de ilhas numa era de extinções*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998.

VIOLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecológica. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

WILSON, Edward. *A Criação: como salvar a vida na Terra*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

_____. *The Future of Life*. New York: Vintage, 2002.

WORSTER, Donald. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

RESUMO: O texto reflete sobre a trajetória da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), fundada em 1958, que por muitos anos foi a mais importante e influente ONG conservacionista do Brasil. Examina o contexto nacional e internacional de idéias em que ela surgiu e evoluiu e as suas principais estratégias de atuação. Discute os feitos da entidade e avalia brevemente os fundamentos dos ataques que ela sofreu de correntes mais novas do movimento ambientalista. Conclui que a inclusão de preocupações mais radicalmente sociais nas preocupações ambientalistas recentes não desqualifica a preocupação com a defesa estrita da biodiversidade contra a ameaça mais séria que ela sofre, que é a expansão das atividades produtivas humanas.

PALAVRAS-CHAVE: FBCN, conservação da natureza, biodiversidade.

ABSTRACT: The text examines the Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN, Brazilian Foundation for Nature Conservation), created in 1958, Brazil's most important and influential environmental organization for many years. It considers the national and international context of conservation ideas in which the organization was born and evolved. Its general strategies and major accomplishments are discussed. Also present is a brief evaluation of the attacks that the organization suffered from younger organizations of the Brazilian environmental movement. The conclusion is that the inclusion of more radical social goals in contemporary environmental concerns does not override the importance of the strict defense of biodiversity against its most powerful enemy, the expansion of human productive activities.

KEY-WORDS: FBCN, nature conservation, biodiversity.